

JORNAL

# VIGILANTE



QUINTA - FEIRA - 15 DE MAIO DE 2025 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR



MAIO É UM MÊS MARCADO POR CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO QUE MOBILIZAM A SOCIEDADE EM TORNO DE CAUSAS ESSENCIAIS. UMA DELAS É O MAIO LARANJA, VOLTADA PARA O ENFRENTAMENTO DO ABUSO E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL. EM IPATINGA, O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA), VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS), ESTÁ PROMOVEDO DIVERSAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO. NESTA SEXTA-FEIRA, 16 DE MAIO, SERÁ REALIZADA A CAMINHADA DO MAIO LARANJA, COM CONCENTRAÇÃO A PARTIR DAS 14H NA PRAÇA DOS PIONEIROS (ANTIGA PRAÇA 1º DE MAIO), NO CENTRO.



OS DEPUTADOS APROVARAM O PROJETO DE LEI (PL) 257/2025, QUE ALTERA A LEI 7.000/2001 (ICMS) PARA DETERMINAR QUE REMESSAS INTERNAS E INTERESTADUAIS DE BENS ENTRE ESTABELECIMENTOS DA MESMA TITULARIDADE NÃO DEVERÃO GERAR NOVA COBRANÇA DE ICMS. A MATÉRIA, DO EXECUTIVO, FOI UMA DAS TRÊS ACATADAS EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NA TARDE DESTA SEGUNDA-FEIRA (12) NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (ALES).

## PATROLA MENTOS

CÓRREGO DO IPÊ

Time de Obras trabalhando na manutenção de estradas do Córrego Ipê.



O GOVERNADOR DE MINAS GERAIS, ROMEU ZEMA, SE REUNIU, NESTA QUARTA-FEIRA (14/5), EM VITÓRIA DA CONQUISTA (BA), COM A PREFEITA DA CIDADE, SHEILA LEMOS, E VEREADORES DO MUNICÍPIO BAIANO, ONDE DISCUTIRAM PAUTAS RELEVANTES PARA O MUNICÍPIO E PARA A REGIÃO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO À ASSISTÊNCIA À SAÚDE.

**GRAFICA VIGILANTE**  
Fazendo o seu papel

Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos  
Convites de casamento, Adesivos, Panfletos  
Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!

Atendimento de Segunda a Sábado!  
**VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.**

Tel.: (27) 3756-1687 / (27) 99943-6111

ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA, ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.  
Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES

# GOVERNO DE MINAS FIRMA ACORDO COM FAMÍLIAS PARA AVANÇO DAS OBRAS DA LINHA 2 DO METRÔ DA RMBH

Os meses de diálogo e construção conjunta, o Governo de Minas firmou um acordo com as famílias das moradias a serem desocupadas para viabilizar a continuidade das obras da Linha 2 do metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A decisão é resultado de negociações conduzidas desde março na mesa de conciliação do Ministério Público de Minas Gerais, reunindo Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra), Advocacia-Geral do Estado (AGE), Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais concessionária e representantes das famílias afetadas.

"É com grande satisfação que anunciamos esse acordo com as famílias, que não vão ficar desamparadas, e asseguramos a continuidade do projeto, que vai transformar a realidade da população da capital e da região metropolitana", afirmou o governador Romeu Zema.

Ao todo, 341 famílias serão indenizadas, além de receberem quatro meses de aluguel social. O valor será creditado diretamente aos beneficiários, que poderão escolher o imóvel em que desejam residir durante o período de transição.

As famílias também terão direito a duas mudanças custeadas pela concessionária: uma para o imóvel



alugado e outra para a nova moradia definitiva adquirida com os recursos da indenização.

"Este acordo, celebrado entre a Metrô BH e as famílias pouco mais de um mês do início das negociações, é mais um marco importante para a consolidação da Linha 2 do metrô. Ao mesmo tempo em que as famílias foram ouvidas e conseguimos garantir os direitos de cada uma delas, estamos assegurando o cumprimento do cronograma desta obra, tão aguardada pelos moradores não só de Belo Horizonte, como da região metropolitana", disse o vice-governador de Minas Gerais, Mateus Simões.

A Metrô BH será a responsável por formalizar os acordos individualmente com cada família e efetuar os pagamentos. A desocupação dos imóveis será feita em cronograma alinhado com a

concessionária, permitindo o avanço das obras com segurança. Após a liberação das áreas, as estruturas serão demolidas.

"Chegar a esse acordo é um grande passo para a continuidade da Linha 2, uma obra que representa a transformação da mobilidade urbana na RMBH. Fizemos questão de construir esse processo com diálogo, responsabilidade e respeito aos direitos das pessoas envolvidas", afirmou o secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e

Parcerias, Pedro Bruno.

A construção da Linha 2 do metrô começou em setembro de 2024, com o início da edificação das estações Amazonas e Nova Suíça. A obra é uma demanda histórica da população da RMBH, aguardada há mais de 20 anos.

Com 10,5 quilômetros de extensão e sete novas estações, a nova linha vai beneficiar diretamente mais de 50 mil pessoas por dia, promovendo integração com a Linha 1, redução do tempo de deslocamento e mais qualidade de vida para milhares de trabalhadores e estudantes.

O acordo firmado marca mais uma etapa vencida em um projeto estruturante para a capital e simboliza o compromisso do Governo de Minas com uma infraestrutura moderna, eficiente e socialmente justa.

## GOVERNO DE MINAS DISCUTE, EM VITÓRIA DA CONQUISTA (BA), PARCERIAS NA SAÚDE

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, se reuniu, nesta quarta-feira (14/5), em Vitória da Conquista (BA), com a prefeita da cidade, Sheila Lemos, e vereadores do município baiano, onde discutiram pautas relevantes para o município e para a região, especialmente em relação à assistência à saúde.

Durante a reunião, o governador de Minas Gerais ressaltou a relevância de Vitória da Conquista no atendimento a pacientes mineiros, reforçando a necessidade de ações conjuntas entre os estados para avançar nos serviços à população.

Ele destacou a importância da futura entrega do Hospital Regional de Teófilo Otoni, que será o maior hospital do Sistema Único de Saúde (SUS) na região e que terá papel fundamental no alívio da demanda enfrentada por Vitória da Conquista e municípios vizinhos.

"Serão 430 leitos do Hospital Regional de Teófilo Otoni, a saúde aqui vai ficar fortalecida e o hospital ficará disponível



para os baianos que precisarem utilizar. É uma obra que estava paralisada e nós retomamos", disse Romeu Zema.

O governador também salientou ter sido a primeira prefeitura fora de Minas Gerais que ele visitou oficialmente, reforçando o simbolismo do encontro e o compromisso com o fortalecimento das relações entre os dois estados, abrindo caminho para futuras parcerias para beneficiar a população de Minas Gerais e da Bahia.

Hospital Regional

O Governo de Minas investiu cerca de R\$ 104 milhões na obra que está na reta final, com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2025. As obras estavam paralisadas e foram retomadas a partir de outubro de 2022.

Serão 432 leitos, sendo 40 Unidades de Terapia Intensiva (UTI) adulta, pediátrica e neonatal. Serviços como maternidade, ambulatório, pronto-atendimento e Serviço Auxiliar Diagnóstico e Terapia (SADT) também estarão disponíveis.

O hospital terá ainda leitos para alta complexidade e Centro de Terapia Intensiva (CTI) adulto e pediátrico, ortopedia e traumatologia, neurocirurgia, atendimento para pessoas queimadas, bloco cirúrgico com oito salas para que seja possível zerar a fila de cirurgias e não necessitar transferir pacientes para atendimento em outras regiões.

A unidade terá equipamentos de apoio ao diagnóstico e terapia, como ecocardiograma, ultrassom, ressonância, tomografia, raio-x, mamografia e endoscopia, e contará também com 380 vagas para estacionamento e heliponto para facilitar o atendimento de urgências e emergências.

# GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO ANUNCIA AGENCIA PARA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E AÇÕES VOLTADAS AO CLIMA



Em missão oficial nos Estados Unidos, o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, lançou três iniciativas que devem impulsionar a atração de investimentos e reforçar o compromisso do Governo no combate às mudanças climáticas. Foi anunciada a criação do "Invest-ES" com o objetivo de promover as potencialidades do Estado no cenário nacional e internacional, além do projeto de autossuficiência energética da Cesan com foco em energia renovável e a chamada pública para gestores do Fundo de Descarbonização.

O lançamento das iniciativas ocorreu durante a participação do mandatário capixaba do evento Brazilian Regional Markets (BRM), realizado na tarde desta segunda-feira (12), no Harvard Club de Nova York, em Nova York – organizado pela Apex Partners. O encontro reúne lideranças políticas e empresariais para apresentar oportunidades de negócios nas regiões mais dinâmicas do Brasil.

"Estamos apresentando o potencial do nosso Estado e nossas políticas públicas, além de fazer três lançamentos importantes. Estamos criando o Investe Espírito Santo, uma estrutura para atrair mais investimentos externos, algo que outros estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo já têm. Também lançamos o Fundo de Descarbonização com meio bilhão de reais para financiar a transição energética no Espírito Santo, algo inédito entre os estados brasileiros. O recurso é do nosso Fundo Soberano, que também é único no Brasil", comentou o governador.

Casagrande prosseguiu: "Lançamos ainda o edital para contratar a gestora do Fundo de Descarbonização e também uma chamada pública para que as empresas interessadas apresentem propostas de geração de energia aproveitando as estruturas já existentes, como estações de tratamento de água e esgoto, represas e lagos, para geração de energia solar, por exemplo. Assim, abrimos espaço para qualquer empreendedor apresentar projetos de geração de energia para o nosso Estado."

Pela manhã, Casagrande apresentou o Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo (Funes) durante um workshop do Fórum Internacional de Fundos Soberanos e do Instituto da Família Jain. Ele apresentou as Fases 1 e 2, bem como adiantou como será a Fase 3, que será o Fundo de Descarbonização.

"Decidi propor o Fundo Soberano para evitar a maldição do petróleo. Assim, poder diversificar a economia do Estado e investir em inovação, tecnologia e transição energética, aproveitando recursos do petróleo para impulsionar outros setores. Também quis mostrar que é possível planejar o futuro e não apenas pensar no curto prazo dos mandatos. Assim, estamos reservando parte da receita do Estado para garantir benefícios às próximas gerações", reforçou o governador.

## Atração de investimentos

Em encontro com investidores de todo o mundo, o Governo do Espírito Santo lançou a nova agência de atração de investimentos com o objetivo de promover as potencialidades econômicas do Estado e atrair investidores nacionais e internacionais. O Invest-ES será formalizado por meio de um projeto de lei que deve ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) nos próximos dias.

O Invest-ES será estruturado como uma sociedade de propósito específico, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento (Sedes). Inspirado em modelos bem-sucedidos de estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o escritório atuará como facilitador para investidores interessados em oportunidades no Espírito Santo.

Para o secretário de Estado de Desenvolvimento, Sergio Vidigal, que faz parte da comitiva capixaba na missão oficial, a criação do Invest-ES é um passo estratégico e necessário para posicionar o Espírito Santo de forma mais competitiva no cenário nacional e internacional. "Estamos estruturando uma agência moderna, com governança qualificada e foco em resultados, para atrair investimentos que gerem emprego, renda e desenvolvimento sustentável. O Invest nasce com uma missão clara: ser um elo entre o investidor e as soluções que o nosso Estado pode oferecer", afirmou.

A estrutura do Invest-ES será baseada em um modelo de serviço social autônomo, com regime jurídico próprio e gestão por contrato. A equipe será composta por profissionais selecionados por processo seletivo simplificado, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O contrato de gestão terá vigência de quatro anos, com metas e indicadores de desempenho definidos, e será fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES).

O escritório também contará com um Conselho Deliberativo remunerado, composto por cinco membros, e uma diretoria selecionada com base em critérios técnicos e experiência comprovada. O orçamento anual será definido em lei, seguindo exemplos de outras agências estaduais. A presidência do Invest-ES será exercida pelo empresário Rogério Salume.

A criação do Invest-ES visa fortalecer a competitividade do Espírito Santo, promovendo o desenvolvimento econômico sustentável e a geração de empregos. A localização da sede do escritório ainda está em definição.

Autossuficiência energética com foco em energia renovável

O governador Renato Casagrande também anunciou o lançamento do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para a estruturação de um projeto estratégico de autossuficiência energética da Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan), com base em fontes renováveis ou no aproveitamento do potencial energético dos sistemas de água e esgoto operados pela empresa.

O PMI é um chamamento público que convida empresas e consórcios a apresentarem estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, bem como o levantamento de dados e soluções tecnológicas relacionadas ao tema. O prazo estimado para a entrega dos estudos é de 120 dias a partir desta terça (13), data de publicação do edital. O investimento previsto será definido com base nas propostas recebidas. As diretrizes do projeto estão formalizadas no Termo de Referência aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias de Investimentos (CGPPI) do Governo do Estado.

Entre os principais objetivos do procedimento está avaliar a viabilidade da instalação de turbinas geradoras, aproveitando a pressão existente nas redes de abastecimento de água; estudar possibilidades tecnológicas de geração de energia conectada às unidades operacionais da Cesan e analisar o potencial de conexão à rede elétrica por meio do modelo de geração distribuída. Hoje, 65% da energia consumida pela empresa é proveniente de energias renováveis. A expectativa é ampliar essa participação para 100% até 2027.

Com uma matriz energética já parcialmente renovável, a CESAN gera atualmente 11.000 MWh/ano em sua usina fotovoltaica — o que representa 55% do consumo em baixa tensão da companhia. Além disso, 60% da energia utilizada pela empresa é adquirida no mercado livre. Em 2023, a CESAN recebeu a Certificação de Energia Renovável, com redução de 2.446 toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente.

"A Cesan está comprometida com a inovação e a sustentabilidade. Com este PMI, buscamos soluções energéticas que unam eficiência econômica, responsabilidade ambiental e segurança operacional. É mais uma iniciativa que reforça nosso papel como uma companhia pública moderna, voltada para o futuro e conectada com as boas práticas globais de gestão. Levando nossos projetos ao cenário internacional é uma ponte estratégica para atrair investimentos e criar novas parcerias. O Espírito Santo está preparado para ser uma porta de entrada para negócios que alavanquem a economia brasileira por meio do saneamento", enfatizou o presidente da Companhia, Munir Abud.

## Chamada pública do Fundo de Descarbonização

Ainda durante o evento Brazilian Regional Markets, o governador Renato Casagrande apresentou para empresários e interessados a abertura de uma chamada pública para a seleção de uma empresa gestora de recursos que será responsável pela estruturação e administração do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), o Fundo de Descarbonização, com recursos do Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo (Funes).

A apresentação ocorreu durante o evento Brazilian Regional Markets (BRM), em Nova Iorque, que também contou com a participação da diretora Operacional, Gabriela Vichi Abel de Almeida, e do diretor de Negócios do Bandes, Marcos Kneip Navarro. O novo mecanismo terá foco exclusivo em financiar projetos e empresas que promovam a descarbonização da economia capixaba. A iniciativa representa uma ação pioneira ao aliar

instrumentos do mercado financeiro a metas concretas de combate às mudanças climáticas.

O edital está aberto a gestores de recursos de todo o Brasil e a gestora selecionada deverá apresentar uma proposta de estruturação de um fundo com investimentos direcionados exclusivamente a empresas e projetos no Espírito Santo. O Funes irá subscrever a cota do fundo que vier a ser estruturado pelo gestor selecionado, com um capital comprometido de R\$ 500 milhões.

As propostas devem ser enviadas pelo site do Bandes até o dia 04 de junho. As candidaturas que mais se adequem à demanda serão convocadas para apresentações presenciais em Vitória, no dia 28 de julho, e o resultado final será divulgado até o dia 01 de agosto. A seleção será concluída com uma fase de análise gerencial e jurídica (due diligence), conduzida pelo próprio Bandes ou por meio de consultoria especializada.

"O lançamento do edital é um passo extremamente importante neste momento. Instituições de fomento e grandes empresas só investem no projeto após analisarem com profundidade a gestora que conduzirá o Fundo. Por isso, é preciso que tudo esteja de acordo para que os projetos de descarbonização saiam do papel, com uma oferta relevante de capital a juros acessíveis", explicou o governador, que deseja que o Fundo de Descarbonização já esteja rodando em novembro, quando será realizada a COP-30 no Brasil.

O Fundo deve financiar iniciativas alinhadas ao Plano Estadual de Descarbonização, que estabelece como metas a redução de 27% das emissões de gases de efeito estufa até 2030 e a neutralidade de carbono até 2050. Os investimentos abrangem títulos de crédito e direitos creditórios emitidos por empresas que desenvolvam soluções sustentáveis, como energias renováveis, eficiência energética, biocombustíveis, eletrificação industrial, reflorestamento e agricultura regenerativa, entre outros.

"O Bandes promove esta articulação entre política pública e instrumentos financeiros, com foco em resultados concretos na mitigação das mudanças climáticas. Esperamos atrair gestores com sólida experiência em crédito estruturado, investimentos sustentáveis e atuação regional, capazes de alocar capital com responsabilidade e eficiência. O banco capixaba exercerá papel ativo no acompanhamento e na governança do fundo, garantindo aderência aos objetivos climáticos do Estado e às melhores práticas de gestão", completou o diretor-presidente do Bandes, Marcelo Saintive.

A seleção será conduzida em duas fases – eliminatória e classificatória – com critérios determinados que valorizam a experiência da equipe gestora, a aderência da tese de investimento aos projetos de descarbonização do Espírito Santo, a capacidade de estruturação e acompanhamento de carteiras no território capixaba, além do compromisso com boas práticas ambientais, sociais e de governança.

Será exigida uma política de investimento clara e alinhada às diretrizes climáticas do Estado, com foco em setores como energia renovável, eficiência energética, biocombustíveis, restauração, eletrificação industrial e agricultura regenerativa. A proposta deverá demonstrar também a capacidade do gestor em mensurar os impactos climáticos dos investimentos, propor metodologias de avaliação de elegibilidade e apresentar estratégias de captação junto a investidores institucionais, nacionais e internacionais.

Outro ponto de destaque do processo é o papel do Bandes no acompanhamento da atuação do gestor selecionado. O Regulamento do Fundo prevê a participação de representante do Fundo Soberano, a critério do Bandes, em conselhos, comitês e reuniões de acompanhamento, envio de relatórios detalhados, indicadores de impacto e prestação de contas em todas as fases. O gestor deverá contar com escritório no Espírito Santo e observar critérios técnicos, legais e de governança previstos no edital e no regulamento do Fundo. A governança será complementada por instâncias consultivas e mecanismos de proteção contra conflitos de interesse, com participação garantida do Funes.

Toda a comunicação pertinente ao processo, incluindo eventuais dúvidas sobre o Edital de Chamada Pública, deverá ser encaminhada de forma digital pelo e-mail [descarbonizacao@bandes.com.br](mailto:descarbonizacao@bandes.com.br).

## Mais agendas

Nesta terça-feira (13), o governador capixaba será um dos palestrantes do LIDE Brazil Investment Forum 2025, evento que reúne empresários para estimular o diálogo, gerar negócios e alavancar investimentos para o Brasil.

## Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação do Governo

# PBH RETOMA VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 PARA PÚBLICO PRIORITÁRIO A PARTIR DE 12 ANOS

A Prefeitura de Belo Horizonte retoma, a partir desta sexta-feira (16), a vacinação contra a covid-19 para pessoas a partir de 12 anos, que integram os grupos prioritários definidos pelo Ministério da Saúde. A ação será possível após o recebimento de 16,4 mil novas doses do imunizante. Para garantir a eficiência na aplicação e evitar perdas, a imunização será concentrada em centros de saúde específicos. Os endereços serão atualizados no portal às 18h30 desta quinta-feira (15).

Para tomar a vacina, as pessoas que fazem parte dos grupos elegíveis e que tenham mais de 12 anos de idade devem ter recebido a última dose há, pelo menos, seis meses. A lista completa dos públicos pode ser verificada no portal da Prefeitura. Há, ainda, orientações específicas para as pessoas de



60 anos ou mais, que devem se vacinar duas vezes ao ano (seguindo o intervalo de seis meses entre as aplicações), e para as gestantes, que devem tomar uma dose a cada gravidez.

Os imunizantes contra a covid-19 também fazem parte do calendário básico de

vacinação dessas pessoas e serão aplicados independentemente de campanhas em andamento.

**Documentação**

No momento da aplicação são indispensáveis as apresentações do documento de identificação com foto, do cartão de vacina e do CPF. Além disso, aquele que for receber a dose não pode ter tido covid-19 com início de sintomas nos últimos 30 dias.

É recomendável, ainda, que as pessoas imunocomprometidas apresentem medicamentos em uso, resultados de exames,

receitas médicas ou relatórios/declarações médicas. Já as puérperas devem apresentar certidão de nascimento do bebê, cartão da gestante ou documento do hospital onde ocorreu o parto.

## PROGRAMA DA PBH É REFERÊNCIA NACIONAL NA REINSERÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MERCADO DE TRABALHO

“As pessoas em situação de rua não podem ser tratadas como problema. O problema é morar na rua. Esses cidadãos precisam ser tratados como pessoas e a Prefeitura de Belo Horizonte está cuidando delas, entendendo o problema de cada uma, para depois oferecer soluções, como a inclusão delas no Programa Estamos Juntos”. A afirmação é do prefeito Álvaro Damiano, que participou, nesta quarta-feira (14), da formatura de quatro novas turmas do Programa Estamos Juntos, com a entrega da certificação para 58 usuários. Desde a criação do Programa, já são 1.072 formandos em 78 turmas.

O Estamos Juntos tem o objetivo de fomentar e garantir a inclusão produtiva da população em situação de rua ou com trajetória de vida nas ruas, através da reabilitação, participação em frentes de trabalho da Prefeitura (como jardinagem, limpeza de praças e ruas, entre outros) e encaminhamento ao mercado de trabalho. A iniciativa da PBH virou referência nacional no atendimento da população em situação de rua e despertou o interesse de outros municípios. Na semana que vem, representantes da Prefeitura de Curitiba estarão em BH para conhecerem o projeto. No mês passado, a ideia foi apresentada à Prefeitura de Recife. Nova Lima também já buscou informações sobre o programa.

O prefeito ainda fez um apelo pela participação de empresários nos programas sociais da PBH, oferecendo oportunidades de trabalho para as pessoas que passaram pela vivência nas ruas. Empresas como Pizza Pazza e Supermercados Epa fazem parte do programa e seus representantes receberam uma placa durante a formatura. “Precisamos dar para essas pessoas dignidade, mostrar para elas que a opção oferecida pela PBH é melhor do que aquela vivenciada por elas nas ruas. Vamos expandir o Estamos Juntos com a criação de novas turmas e melhorar a qualidade do Programa”.

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Relações Internacionais, Adriano Faria, ressaltou que a PBH já firmou parcerias em diversos setores, como a construção civil, polo moveleiro, supermercados, bares e restaurantes. O secretário acredita que o Programa Estamos Juntos ajuda em uma mudança na forma de

enxergar as pessoas e situação de rua, que passam a ser uma solução para um entrave ao desenvolvimento da capital: a falta de mão de obra.

“A captação dos participantes do Estamos Juntos é feita onde essas pessoas já estão referenciadas, como casas de passagem, abrigos e centros pop. O programa dá oportunidade a essas pessoas. Primeiro, fazemos o trabalho sócio emocional, para entender a perda de vínculo e os problemas que elas enfrentam. Quando os beneficiários do programa estão preparados, depois de passarem pela capacitação e as frentes de trabalho da Prefeitura, começamos a encaminhá-las para o mercado de trabalho”, destacou.

**Rede Cidadã**

Parceira do Estamos Juntos, a OSC Rede Cidadã desenvolve programas e projetos para promover o desenvolvimento humano e social, com foco na integração ao mundo do trabalho, unindo empresas, sociedade civil e poder público. Segundo o diretor executivo da Rede Cidadã, Fernando Alves, que participou da cerimônia de entrega dos certificados do Estamos Juntos, o poder público precisa conhecer a realidade das pessoas que estão em situação de rua em todo o país.

“Fazemos a conexão entre o projeto e as vagas no mercado de trabalho, de uma maneira muito especial. Nós aprendemos que as pessoas em situação de rua passaram por questões de ruptura de laços emocionais. O grande desafio hoje é fazer um trabalho de resgate sócio emocional dessas pessoas. A nossa capacitação trabalha o coeficiente emocional das pessoas, para que elas voltem a tomar posse de si mesmas, diante do desafio do trabalho”, enfatizou.

**Oportunidade de Trabalho**

O Programa Estamos Juntos funciona da seguinte forma: após a triagem nos abrigos, os participantes passam por uma formação sócio emocional e recebem uma bolsa-auxílio mensal de R\$ 540 por até 180 dias, enquanto participam do programa. Neste período, eles participam de oficinas de qualificação profissional, são inseridos em um banco de talentos e têm um período de estágio em equipamentos da

Prefeitura, para posteriormente serem contratados pelas empresas parceiras.

Depois da contratação, as pessoas seguem acompanhadas pela equipe de assistência social por um período de 4 meses e são inseridas em programas de moradia para deixarem definitivamente os abrigos, abrindo espaço para novos usuários.

Para que empresas virem parceiras do programa e ofereçam vagas de emprego ou de qualificação profissional, a Prefeitura concede o selo de responsabilidade social que dá a possibilidade de acessar condições especiais de negociação de dívidas com o município.

**Coordenação**

O Programa Estamos Juntos é coordenado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Relações Internacionais, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego, que realiza a intermediação com o mercado de trabalho.

À Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, por meio da Subsecretaria de Assistência Social, cabe o apoio na gestão e execução do programa, identificação do público beneficiário e acompanhamento socioassistencial. A maior parte dos inseridos no programa está em abrigos municipais e programas habitacionais, ou seja, em processo de saída das ruas.

**Números do Estamos Juntos**

78 turmas formadas

1.072 pessoas certificadas

159 participantes nas frentes de trabalho da PBH

110 trabalham atualmente no mercado formal de trabalho



## MAIO LARANJA: IPATINGA PROMOVE CAMINHADA NESTA SEXTA PARA REFORÇAR COMBATE AO ABUSO INFANTIL

Maio é um mês marcado por campanhas de conscientização que mobilizam a sociedade em torno de causas essenciais. Uma delas é o Maio Laranja, voltada para o enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Em Ipatinga, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), está promovendo diversas ações de mobilização. Nesta sexta-feira, 16 de maio, será realizada a Caminhada do Maio Laranja, com concentração a partir das 14h na Praça dos Pioneiros (antiga Praça 1º de Maio), no Centro. A ação convida toda a população a vestir a camisa da causa e caminhar em defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

“O Maio Laranja é um mês de



mobilização em defesa da infância e da juventude. É tempo de reforçar que proteger crianças e adolescentes contra abusos e violências é responsabilidade de todos. O CMDCA, junto com a Prefeitura de Ipatinga e parceiros, convida toda a sociedade para caminhar conosco nessa causa. Participe da caminhada e ajude a dar visibilidade a essa luta tão importante”,

destacou Leonardo Oliveira, presidente do CMDCA.

A programação teve início ainda em abril, com uma capacitação destinada às entidades que atendem crianças e adolescentes no município. Além disso, estão sendo realizadas panfletagens em escolas, e há previsão de novas ações como uma blitz educativa com apoio das forças de segurança, panfletagem na estação ferroviária e no estacionamento do shopping.

“O enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes

exige vigilância, acolhimento e compromisso coletivo. Estamos nas ruas para mobilizar e conscientizar, mas também para fortalecer a rede de proteção. O Maio Laranja é um chamado à ação e todos têm um papel nessa construção”, afirmou o secretário de Assistência Social, Flávio Miranda. por SECOM/PMI

## IPATINGA ENTREGA 200 NOVOS TÍTULOS DE PROPRIEDADE



A Prefeitura de Ipatinga realizou, nesta quinta-feira (10), mais uma entrega significativa de títulos de propriedade a famílias que, por décadas, aguardavam pela regularização de suas propriedades. Em cerimônia realizada na Escola Municipal Levindo Mariano, no bairro Bom Jardim, 200 moradores das comunidades Primeiro de Maio, Nova Conquista e Novo Jardim foram contemplados com a escritura definitiva de seus lotes, fruto do programa “Reurb Ipatinga – Seu Imóvel Legal!”.

A ação integra o maior processo de regularização fundiária da história do município, com centenas de famílias já beneficiadas e outros milhares de processos em fase de registro cartorial. Com recursos próprios, a iniciativa da

administração garante, somente em sua primeira etapa, segurança jurídica, valorização das propriedades e dignidade a 15 mil famílias em diversas regiões da cidade, que aguardam há anos pela documentação.

Entre os beneficiários, histórias emocionantes se repetem. Eva Ferreira de Jesus, moradora da rua Flor de Minas há 33 anos, foi uma das contempladas. “É um sonho realizado. Esperei muito tempo por esse momento e hoje posso dizer que tenho algo para deixar com tranquilidade para meus filhos”, afirmou com emoção.

Um marco na história da cidade Lançado em outubro de 2022, o programa de regularização fundiária urbana contemplará cerca de 30 mil

famílias. Desde então, moradores de comunidades como o Morro do Sossego, Planalto e agora o Bom Jardim já receberam gratuitamente suas escrituras, sem nenhum custo, especialmente famílias de baixa renda, pessoas idosas, mulheres chefes de família e pessoas com mobilidade reduzida.

A execução do programa é conduzida por empresa especializada, contratada via licitação, que atua em conjunto com a prefeitura para realizar as etapas técnicas e jurídicas do processo de regularização, desde o mapeamento das áreas até a emissão e o registro final dos títulos em cartório.

Impacto social

Com a escritura em mãos, os moradores passam a ter acesso a crédito bancário, possibilidade de financiamento para melhorias e valorização da propriedade. A regularização também representa avanços na organização urbana, melhoria da infraestrutura e fortalecimento da cidadania.

Ipatinga se alinha a um movimento nacional de enfrentamento ao déficit fundiário. Segundo estimativas, mais de 30 milhões de imóveis urbanos estão em situação irregular no Brasil, o que representa quase metade das moradias no país. Com planejamento e compromisso, o município avança na superação dessa realidade histórica.

por SECOM/PMI

# GUARDA CIVIL MUNICIPAL EXPANDE SERVIÇOS EM IPATINGA, GANHA REFORÇO EM TECNOLOGIA E NOVAS VIATURAS

A Guarda Civil Municipal de Ipatinga fecha o ano com um balanço altamente positivo em sua atuação na cidade. Em operação desde maio deste ano, após a formação de sua primeira turma, a GCM alcançou altos índices de aprovação junto à população e, cada vez mais, expande seu raio de presença, ganhando também em estrutura com investimentos importantes feitos pelo Executivo.

Nesta quinta-feira (19), a GCM recebeu cinco novas viaturas para rondas diárias e trabalho preventivo. Os veículos, modelo Toyota Yaris, são zero quilômetro e vêm equipados com rádios comunicadores de última geração. São 67 rádios digitais veiculares e portáteis, tipo militar, adquiridos. O investimento, incluindo recurso do Governo Federal, é de aproximadamente R\$ 1,5 milhão.

Além da GCM, o sistema de comunicação via rádio vai beneficiar também os agentes de trânsito e a Vigilância Patrimonial, salienta a administração municipal.

“Além das viaturas e dos rádios digitais de comunicação, adquirimos também 35 pistolas calibre 380 que serão utilizadas no momento adequado, posteriormente. Estamos muito satisfeitos e temos certeza de que tudo isso irá contribuir para a melhoria da qualidade dos nossos serviços ao povo ipatinguense”,



acentua o coronel Warley Silva, secretário de Segurança e Convivência Cidadã.

Patrulha Social

Além de outras atribuições, ao reforçar a Patrulha Social, projeto lançado em 2022 pela Sescon – Secretaria de Segurança e Convivência Cidadã, a GCM trouxe uma nova realidade à segurança pública na cidade, fazendo apreensões e detendo até mesmo criminosos infiltrados entre pessoas em situação de rua.

As abordagens, realizadas todas as segundas, quartas, sextas e sábados, resultam em apreensões diversas, principalmente armas brancas, que são retiradas de circulação. “O trabalho funciona como um apoio às forças de segurança do Estado, representadas pelas polícias

tradicionais, e recebe a aprovação inclusive dos verdadeiros cidadãos que vivem em situação de rua e que não dialogam com o crime. Temos também o apoio dos transeuntes, comerciantes, comerciantes, profissionais liberais e prestadores de serviços em geral, que se sentem mais seguros no seu ir e vir. Ao mesmo tempo, deixamos as ruas melhores para todos”, comenta o coronel Warley Silva, secretário da Sescon.

Além da Patrulha Social, a GCM atua com patrulhamento

preventivo comunitário no Centro, nas praças, parques e principais logradouros onde se localizam prédios públicos, serviços municipais e seus entornos. Nestes mesmos locais, ao longo dos sete primeiros meses de atuação, a presença constante da GCM retirou de circulação, através da prisão em flagrante, diversos autores de crimes como furtos, roubos e danos ao patrimônio, dentre outros.

O trabalho da GCM contribuiu para aumentar a sensação de segurança local e reduzir a incidência de pequenos delitos que, em muitos casos, são o pontapé inicial para outros crimes e infrações de maior potencial ofensivo.

por SECOM/PMI

## PIMENTA-ROSA CAPIXABA CONQUISTA MARCA INTERNACIONAL DE COSMÉTICOS

Uma das maiores marcas de cosméticos do mundo iniciou a utilização de pimenta-rosa – fruto da aroeira – produzida no Espírito Santo em suas novas fragrâncias. O anúncio foi feito durante o 3º Festival Brasileiro da Pimenta-Rosa, realizado na semana passada, em São Mateus, pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e parceiros.

Em palestra on-line no evento, as pesquisadoras da área de bioingredientes da Natura Cosméticos, Yorgana Yajure e Caroline Stüker, revelaram que a empresa selou acordo com a produtora rural Ana Paula Martin, do município de São Mateus, para fornecimento da especiaria. A parceria é resultado de anos de articulação, com suporte técnico e institucional do Incaper.

Desde o início das tratativas, a equipe do Instituto acompanhou o processo, por meio da extensionista Fabiana Ruas, que prestou assistência técnica à produtora e coordenou a emissão dos laudos que atestam a excelência da matéria-prima capixaba.

De acordo com Fabiana Ruas, o vínculo entre a área de pesquisa da Natura e a produção de pimenta-rosa no Espírito Santo teve início em 2022, quando Yajure participou presencialmente da primeira edição do festival. Três anos depois, a parceria foi anunciada no mesmo evento, evidenciando a força da integração entre pesquisa, extensão e agricultura.

Com o novo contrato, a Natura substituiu a pimenta-rosa importada que utilizava por um ingrediente 100% capixaba, cultivado em São Mateus, maior polo nacional da especiaria, detentor de Indicação Geográfica (IG) do produto conquistada com apoio técnico do Incaper, em 2023. O insumo capixaba agora compõe



fragrâncias da marca lançadas para o Dia das Mães, com direito a uma campanha que valoriza a origem do produto e a história da produtora local.

“Esse é um grande marco para a cadeia da pimenta-rosa do Espírito Santo e também para o trabalho técnico que temos desenvolvido ao longo dos anos. É uma conquista que envolve ciência, extensão rural e o protagonismo de uma produtora comprometida com a qualidade”, ressaltou Fabiana Ruas.

A produtora Ana Paula Martin destacou que o suporte técnico da extensionista foi fundamental para aprimoramento do cultivo e envio de amostras do produto para análise. Mesmo após perder uma lavoura por excesso de chuvas, ela reestruturou a produção e alcançou alta qualidade, reconhecida pela Natura. “Estou muito feliz em ver a pimenta-rosa que produz sendo escolhida para substituir um produto antes importado. É um orgulho para o Espírito Santo. Agradeço muito ao Incaper pelo apoio nesses anos”, salientou.

Festival destaca a força da cadeia produtiva da aroeira

O Festival Brasileiro da Pimenta-Rosa celebra o potencial econômico, social e ambiental da aroeira, planta nativa da Mata Atlântica. A terceira

edição foi realizada na última terça-feira (06), no auditório do campus da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em São Mateus, em parceria com o Crea-Jr ES e outros apoiadores.

O evento reuniu participantes de diversos municípios capixabas e de outros estados, como Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, entre especialistas, agricultores, extrativistas, empreendedores e representantes de instituições públicas e privadas.

A programação incluiu palestras, mesas-redondas, oficinas, rodas de conversa, exposições e atrações culturais. O objetivo foi fomentar a troca de conhecimentos, experiências e inovações em torno da pimenta-rosa, que vem ganhando cada vez mais espaço na gastronomia, cosmética, medicina natural e nos mercados internacionais.

Nos estandes do evento, o público pôde conhecer e degustar produtos artesanais com pimenta-rosa, como queijos e derivados, óleos essenciais, mel, própolis, pães, biscoitos, geleias, molhos e tortas. Esses alimentos foram preparados em uma capacitação culinária realizada nos dias que antecederam o festival, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-ES) e o Sindicato Rural local.

Outro destaque foi a abordagem sobre o cadastramento e a entrega de carteirinhas a coletores de produtos florestais não madeireiros. A ação, que contou com apoio do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf), reconhece formalmente o trabalho dos extrativistas e valoriza o manejo sustentável da aroeira no Estado.

Informações à Imprensa:  
Coordenação de Comunicação e Marketing do Incaper

# ALES APROVA MUDANÇA NA COBRANÇA DE ICMS PARA MESMO TITULAR

Os deputados aprovaram o Projeto de Lei (PL) 257/2025, que altera a Lei 7.000/2001 (ICMS) para determinar que remessas internas e interestaduais de bens entre estabelecimentos da mesma titularidade não deverão gerar nova cobrança de ICMS. A matéria, do Executivo, foi uma das três acatadas em sessão extraordinária realizada na tarde desta segunda-feira (12) na Assembleia Legislativa (Ales).

Tramitando em regime de urgência, a proposta foi analisada em reunião conjunta das comissões de Justiça e Finanças. O deputado João Coser (PT) emitiu parecer pela constitucionalidade e aprovação, que foi seguido pelos membros dos colegiados e depois pelo Plenário da Casa. "Visa dar legalidade a uma iniciativa do Confaz, beneficia o comércio e o nosso Estado", afirmou.

Líder do governo na Casa, o deputado Vandinho Leite (PSDB) informou que a proposição vai possibilitar a equiparação de remessa interna e interestadual de bens entre estabelecimentos de mesma titularidade a operações sujeitas a fato gerador do imposto. "O Confaz publicou um novo convênio ICMS, que revogou um anterior e estabeleceu regras nas quais é possível hoje aprovar essa legislação", disse.

Cohab Também do Executivo, foi acolhido, com emenda, o PL 250/2025 que trata da destinação dos bens móveis e imóveis da Companhia de Habitação e Urbanização do Estado do Espírito Santo (Cohab).

Nas comissões reunidas de Justiça e Finanças, o deputado Dary Pagung (PSB) acolheu emenda oral de Vandinho Leite e deu parecer pela constitucionalidade e aprovação, que foi acompanhado pelos membros dos colegiados e depois pelo conjunto dos parlamentares. Por conta da emenda, passou mais uma vez por Justiça e pelo Plenário para redação final.

A emenda em questão diz que as atribuições previstas na possível norma somente serão assumidas pelas secretarias de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger) e de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb) e a transferência dos imóveis ocorrerá após 180 dias da publicação da legislação. Durante esse período de transição a gestão e transferência de imóveis permanecerão com a Cohab.

Essas duas proposições seguem para sanção ou veto do governador Renato Casagrande (PSB).

Mudanças na Ales

Por fim, os deputados aprovaram o Projeto de Resolução (PR) 10/2025, da Mesa Diretora, que modifica a Resolução 2.890/2010 para elevar a função gratificada (FG) referente à Coordenação da Equipe do Painel Eletrônico. Atualmente, a função é classificada como FG3. O projeto reclassifica a coordenação na categoria de FG4.

O PR ainda altera outras duas resoluções (5.084/2017 e 5.152/2017) para permitir que os estagiários das áreas de Comunicação Social e Direito, atualmente vinculados à Secretaria de Comunicação (Comunicação) e ao Procon e à Procuradoria da Mulher (Direito), possam ser lotados em outros setores da Casa.

Após a aprovação, o Projeto de Resolução deve ser promulgado pela Mesa da Ales e publicado no Diário do Poder Legislativo (DPL) para começar a valer.

Urgências

Além dos três projetos aprovados na sessão extraordinária, outros 22 tiveram requerimentos de urgência acatados na sessão ordinária. Confira a lista abaixo:

Projeto de Lei (PL) 24/2025, de Toninho da Emater (PSB), que acrescenta item ao Anexo I da Lei 10.974/2019, conferindo ao município de Pinheiros o Título de Capital Estadual da Fruta;

Projeto de Lei (PL) 43/2025, de Dary Pagung (PSB), que acrescenta item ao Anexo I da Lei 10.974/2019, conferindo ao município de Itarana o Título de Capital Estadual do Achachairu;

Projeto de Lei (PL) 64/2025, de Dary Pagung (PSB), que acrescenta item ao Anexo II da Lei 10.975/2019, Denomina "Guilherme Frederico Emilio Schulz" o trecho da Rodovia que liga o Ifes de Caramuru, no Município de Santa Maria de Jetibá até a estrada de Melgaço, no município de Domingos Martins, no Espírito Santo;

Projeto de Lei (PL) 12/2025, do Executivo, que autoriza o Governo do Estado a alienar imóveis de propriedade do Espírito Santo para promover a alienação de 10 lotes, localizados, respectivamente, no Micrópolo Industrial de Piúma e Micrópolo Industrial de Vila Velha;

Projeto de Lei (PL) 249/2025, de Iriny Lopes (PT), que institui a Política Estadual pelo Direito à Memória e à Verdade (PEMV-ES) no Estado e dispõe sobre a identificação pública de locais onde ocorreram atos de repressão política durante a ditadura civil-militar durante o período de 1964 a 1985;

Projeto de Lei (PL) 240/2025, de Zé Preto (PP), que institui o Programa Estadual de Valorização dos Trabalhadores do Setor Pesqueiro no Espírito Santo;

Projeto de Lei (PL) 210/2025, de Alcântaro Filho (Republicanos), que cria a Política de Combate ao Bullying contra Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Estado;

Projeto de Lei (PL) 140/2025, de Camila Valadão (Psol), que cria o programa de enfrentamento à violência



obstétrica no Espírito Santo;

Projeto de Lei (PL) 96/2025, do Capitão Assunção (PL), que institui o Programa Estadual "Mérito Acadêmico Livre" com o objetivo de reconhecer e incentivar instituições de ensino superior que promovam a liberdade acadêmica, o pluralismo intelectual e a excelência no ensino, livres de dogmatismos e militâncias ideológicas, bem como estabeleça benefícios e parcerias para conectar estudantes ao mercado profissional;

Projeto de Lei (PL) 22/2025, de Iriny Lopes (PT), que institui o Programa Estadual de Paradesporto e Atividade Física Adaptada no Estado;

Projeto de Lei (PL) 17/2025, do Coronel Weliton (PRD), que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Déficit de Atenção e com Hiperatividade (TDAH);

Projeto de Lei (PL) 15/2025, de Raquel Lessa (PP), que institui a Política Estadual de Conscientização e Atenção Integral à Saúde das Mulheres no Climatério e na Menopausa;

Projeto de Lei (PL) 691/2024, de Denninho Silva (União), que institui o Programa Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo de Mães Atípicas;

Projeto de Lei (PL) 175/2025, de Mazinho dos Anjos (PSDB), que acrescenta item ao Anexo Único da Lei 11.212/2020, instituindo o Dia Estadual da Conscientização da Doença de Parkinson, a ser comemorado anualmente no dia 11 de abril;

Projeto de Lei (PL) 172/2025, de Janete de Sá (PSB), que acrescenta item ao Anexo II da Lei 10.975/2019, denominando Rodovia Ângelo Francesco Zanotti, a Rodovia ES-261 do trecho da bifurcação do Distrito Alto Santa Maria, à Rodovia ES-452, até o trecho da bifurcação Distrito Alto Caldeirão;

Projeto de Lei (PL) 163/2025, de Callegari (PL), que acrescenta item ao Anexo Único da Lei 11.212/2020, instituindo no calendário oficial do Estado o Dia de Nossa Senhora da Vitória, a ser celebrado anualmente no dia 08 de setembro, conforme calendário nacional, incluindo-o no Calendário Oficial do Espírito Santo;

Projeto de Lei (PL) 159/2025, de Fábio Duarte (Rede), que cria o Circuito Histórico, Religioso, Turístico e Gastronômico de São José do Queimado, localizado entre os Municípios de Vitória e de Serra;

Projeto de Lei (PL) 150/2025, Marcelo Santos (União), que acrescenta item ao Anexo II da Lei 10.975/2019, denominando Prefeito Tuffy Nader o Viaduto de ligação entre a Rodovia do Sol (ES-060) e a Rodovia Darly Santos, município de Vila Velha;

Projeto de Lei (PL) 135/2025, do Coronel Weliton (PRD), que reconhece o Rodeio como prática esportiva no Espírito Santo;

Projeto de Lei (PL) 127/2025, de Hudson Leal (Republicanos), que acrescenta item ao Anexo Único da Lei 11.212/2020, instituindo o "Dia Estadual do Executivo de Saúde", a ser celebrado, anualmente, no dia 16 do mês de setembro, incluindo-o no Calendário Oficial do Espírito Santo;

Projeto de Lei (PL) 98/2025, de Zé Preto (PP), que fica instituído, no Espírito Santo e no Calendário de Turismo do Estado, a Semana de Incentivo ao Agro Turismo e Negócios da Rota da Ferradura, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de abril, no município de Guarapari;

Projeto de Lei (PL) 247/2025, de Lucas Polese (PL), que acrescenta item ao Anexo I da Lei 12.017/2023, criando a Rota das Especiarias, localizada no município de São Mateus.

Confira como ficou a Ordem do Dia da sessão extraordinária:

1. Projeto de Resolução (PR) 10/2025, da Mesa Diretora, que altera as Resoluções 2.890/2010, 5.084/2017 e 5.152/2017. Aprovado;

2. Projeto de Lei (PL) 250/2025, do Executivo, que trata da destinação dos bens móveis e imóveis da Companhia de Habitação e Urbanização do Estado do Espírito Santo (Cohab). Aprovado;

3. Projeto de Lei (PL) 257/2025, do Executivo, que altera a Lei 7.000/2001 (ICMS), com o objetivo de incluir o § 11 ao artigo 3º, que dispõe sobre a alternativa de se equiparar a remessa interna e interestadual de bens entre estabelecimentos de mesma titularidade à operação sujeita a fato gerador do imposto, por opção do

contribuinte, bem como alterar o art. 51-A em conformidade com o Convênio ICMS 109/2024, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que assegurou, nas remessas interestaduais de bens entre estabelecimentos de mesma titularidade, o direito de transferência de crédito do imposto relativo às operações e prestações anteriores. Aprovado.

As demais matérias não chegaram a ser analisadas.

4. Projeto de Lei (PL) 24/2025, de Toninho da Emater (PSB), que acrescenta item ao Anexo I da Lei 10.974/2019, conferindo ao município de Pinheiros o Título de Capital Estadual da Fruta.

5. Projeto de Lei (PL) 43/2025, de Dary Pagung (PSB), que acrescenta item ao Anexo I da Lei 10.974/2019, conferindo ao município de Itarana o Título de Capital Estadual do Achachairu.

6. Projeto de Lei (PL) 64/2025, de Dary Pagung (PSB), que acrescenta item ao Anexo II da Lei

10.975/2019, Denomina "Guilherme Frederico Emilio Schulz" o trecho da Rodovia que liga o Ifes de Caramuru, no Município de Santa Maria de Jetibá até a estrada de Melgaço, no município de Domingos Martins, no Espírito Santo.

7. Projeto de Lei (PL) 98/2025, de Zé Preto (PP), que fica instituído, no Espírito Santo e no Calendário de Turismo do Estado, a Semana de Incentivo ao Agro Turismo e Negócios da Rota da Ferradura, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de abril, no município de Guarapari.

8. Projeto de Lei (PL) 127/2025, de Hudson Leal (Republicanos), que acrescenta item ao Anexo Único da Lei 11.212/2020, instituindo o "Dia Estadual do Executivo de Saúde", a ser celebrado, anualmente, no dia 16 do mês de setembro, incluindo-o no Calendário Oficial do Espírito Santo.

9. Projeto de Lei (PL) 135/2025, do Coronel Weliton (PRD), que reconhece o Rodeio como prática esportiva no Espírito Santo.

10. Projeto de Lei (PL) 150/2025, Marcelo Santos (União), que acrescenta item ao Anexo II da Lei 10.975/2019, denominando Prefeito Tuffy Nader o Viaduto de ligação entre a Rodovia do Sol (ES-060) e a Rodovia Darly Santos, município de Vila Velha.

11. Projeto de Lei (PL) 159/2025, de Fábio Duarte (Rede), que cria o Circuito Histórico, Religioso, Turístico e Gastronômico de São José do Queimado, localizado entre os Municípios de Vitória e de Serra.

12. Projeto de Lei (PL) 163/2025, de Callegari (PL), que acrescenta item ao Anexo Único da Lei 11.212/2020, instituindo no calendário oficial do Estado o Dia de Nossa Senhora da Vitória, a ser celebrado anualmente no dia 08 de setembro, conforme calendário nacional, incluindo-o no Calendário Oficial do Espírito Santo.

13. Projeto de Lei (PL) 172/2025, de Janete de Sá (PSB), que acrescenta item ao Anexo II da Lei 10.975/2019, denominando Rodovia Ângelo Francesco Zanotti, a Rodovia ES-261 do trecho da bifurcação do Distrito Alto Santa Maria, à Rodovia ES-452, até o trecho da bifurcação Distrito Alto Caldeirão.

14. Projeto de Lei (PL) 175/2025, de Mazinho dos Anjos (PSDB), que acrescenta item ao Anexo Único da Lei 11.212/2020, instituindo o Dia Estadual da Conscientização da Doença de Parkinson, a ser comemorado anualmente no dia 11 de abril.

15. Projeto de Lei (PL) 247/2025, de Lucas Polese (PL), que acrescenta item ao Anexo I da Lei 12.017/2023, criando a Rota das Especiarias, localizada no município de São Mateus.

16. Projeto de Lei (PL) 691/2024, de Denninho Silva (União), que institui o Programa Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo de Mães Atípicas.

17. Projeto de Lei (PL) 15/2025, de Raquel Lessa (PP), que institui a Política Estadual de Conscientização e Atenção Integral à Saúde das Mulheres no Climatério e na Menopausa.

18. Projeto de Lei (PL) 17/2025, do Coronel Weliton (PRD), que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Déficit de Atenção e com Hiperatividade (TDAH).

19. Projeto de Lei (PL) 22/2025, de Iriny Lopes (PT), que institui o Programa Estadual de Paradesporto e Atividade Física Adaptada no Estado.

20. Projeto de Lei (PL) 96/2025, do Capitão Assunção (PL), que institui o Programa Estadual "Mérito Acadêmico Livre" com o objetivo de reconhecer e incentivar instituições de ensino superior que promovam a liberdade acadêmica, o pluralismo intelectual e a excelência no ensino, livres de dogmatismos e militâncias ideológicas, bem como estabelece benefícios e parcerias para conectar estudantes ao mercado profissional.

21. Projeto de Lei (PL) 140/2025, de Camila Valadão (Psol), que cria o programa de enfrentamento à violência obstétrica no Espírito Santo.

22. Projeto de Lei (PL) 210/2025, de Alcântaro Filho (Republicanos), que cria a Política de Combate ao Bullying contra Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Estado.

23. Projeto de Lei (PL) 240/2025, de Zé Preto (PP), que institui o Programa Estadual de Valorização dos Trabalhadores do Setor Pesqueiro no Espírito Santo.

# COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL É FOCO DE PALESTRAS NA ALES



Reconhecer situações de risco e denunciar possíveis crimes são ações que podem ser fundamentais para combater a exploração sexual infantil. Para abordar esse tema tão preocupante e delicado, estudantes de várias idades participam de palestras com especialistas na Assembleia Legislativa (Ales).

O primeiro dia da programação aconteceu nesta terça-feira (13), quando cerca de 80 estudantes assistiram a uma palestra de uma conselheira tutelar alertando sobre a prevenção e o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. A segunda rodada de palestras acontece na próxima sexta-feira, dia 16.

“Recebemos vários jovens para falar desse tema relevante para a sociedade

atual. Nós temos que debater esse tema para difundir para todas as pessoas, especificamente para os jovens, para que eles tenham condições de identificar os sinais de violência e abuso”, opinou o deputado Coronel Weliton (PRD). Segundo o Instituto Liberta, a cada hora três crianças são vítimas de abuso no Brasil. Cerca de

51% têm entre 1 e 5 anos de idade. Todos os anos, 500 mil crianças e adolescentes são explorados sexualmente no país e estima-se que somente 7,5% dos casos cheguem a ser denunciados às autoridades. Um dos principais canais para denúncias é o Disque 100.

“A gente ainda precisa educar a juventude de que a culpa não é da vítima. Esse já foi um longo processo da questão de violência contra as mulheres e agora a gente precisa que esse processo recaia sobre a infância e a juventude. A culpa não é da vítima, a responsabilidade é sempre do agressor. A gente precisa estabelecer com a juventude espaços de confiança para que eles se

sintam confortáveis para dizer, do jeito deles, o que eles percebem”, disse a conselheira tutelar Carolina Prata, que ministrou a palestra desta terça-feira.

Estudantes que participaram do evento avaliaram como positivo o aprendizado. “É muito importante ter conhecimento sobre esse tema. Muitas pessoas sofrem com esse problema e não sabem como procurar ajuda. Uma palestra como essa faz muita diferença para todos nós”, destacou o estudante Lorenzo Demuner, de 17 anos.

Semana de conscientização

O ano de 2025 marca os 25 anos do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, comemorado em 18 de maio. A data foi escolhida em memória ao caso Araceli Cabrera Crespo, uma menina de 8 anos que foi sequestrada, violentada e morta aqui no Espírito Santo, em 1973. Um crime que chocou o país, sendo a data então escolhida para marcar a luta contra a violência sexual contra crianças e adolescentes.

A data foi instituída pela Lei federal 9.970/00 e tem como objetivo sensibilizar a sociedade sobre a importância de prevenir e combater o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.



PREFEITURA DE  
**PANCAS**

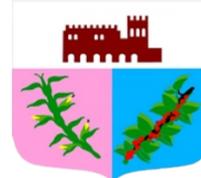
Publicações oficiais da Prefeitura  
Municipal de Pancas em 15/05/2025

**AVISO DE REMARCAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 610/2025**

O Município de Pancas/ES, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público que o certame em epígrafe, cujo objeto é a futura contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições prontas, tipo “marmitex”, para atender às necessidades das secretarias municipais desta administração, durante o exercício de 2025, foi **REMARCADO**. A alteração é decorrente de razões de interesse público. **A nova sessão de abertura será no dia 30 de maio de 2025, às 08h00min, no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).** O edital retificado estará disponível a partir de 19 de maio de 2025, na sede da Prefeitura, no site [www.pancas.es.gov.br](http://www.pancas.es.gov.br) e no Portal de Compras Públicas. Informações: (27) 3726-1543.

ID TCE/ES: 2025.053E0700001.01.0006  
Pancas - ES, em 15 de maio de 2025.

**Leonardo de Souza.**  
Pregoeiro/Agente de Contratação



PREFEITURA DE  
**CONCEIÇÃO DO CASTELO**

PUBLICAÇÕES OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CONCEIÇÃO DO CASTELO EM 15/05/2025

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 000015/2025**

ITENS DE AMPLA CONCORRÊNCIA E ITENS RESERVADOS A MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS  
CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES/TCE-ES  
2025.021E0700001.01.0012

O Município de Conceição do Castelo, ES, **TORNA PÚBLICO** a quem possa interessar, a publicação do Edital do Pregão Eletrônico (SRP) Nº 000015/2025, que objetiva a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM**.

Data Final da Entrega das Propostas: **04/06/2025, às 08h15min**. Abertura das Propostas: **04/06/2025, às 08h16min**. Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Informações por meio do E-mail: [pmcc.licita@gmail.com](mailto:pmcc.licita@gmail.com) ou Tel. (28) 3547-1427, Edital na íntegra: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br/pagina/ler/2282/compras-e-licitacao>, ou por meio do site: [portaldecompraspublicas.com.br](http://portaldecompraspublicas.com.br)  
Conceição do Castelo, ES, 14 de maio de 2025.

**VALBER DE VARGAS FERREIRA**  
Prefeito Municipal

JORNAL  
**VIGILANTE**



**DIRETOR DE MARKETING**  
Sérgio Machado

**DIRETOR DE OPERAÇÕES**  
Sérgio Machado

**DIRETOR DE REDAÇÃO**  
Ashley Vitória Gomes

**DIRETOR GERAL**  
Sérgio Machado

**DIAGRAMAÇÃO**  
João Paulo Vieira

Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02  
Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ  
Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL

**Tel.: (27) 99991-9614**

Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante

CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: [jornalovigilante@bol.com.br](mailto:jornalovigilante@bol.com.br)

CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35